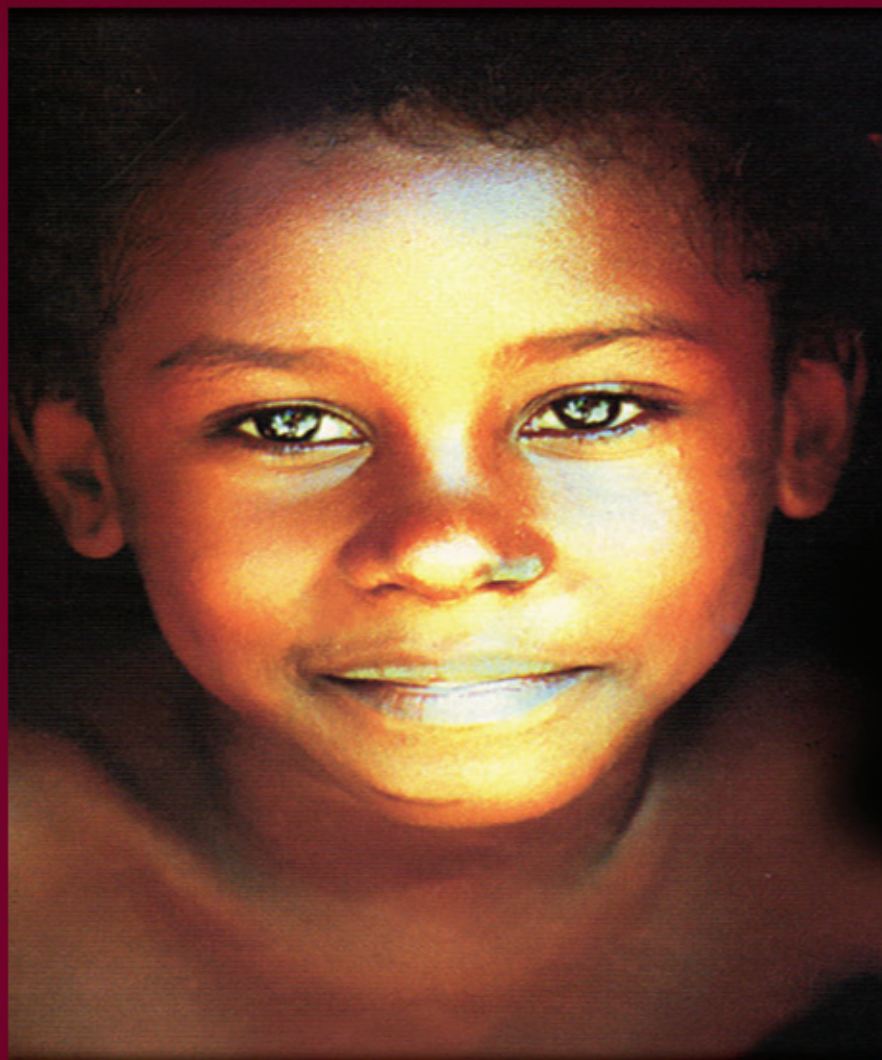


**SOMOS CREDORES.**  
OS PAÍSES ENRIQUECIDOS, OS GRANDES BANCOS  
E AS EMPRESAS TRANSNACIONAIS NOS DEVEM.  
**REPARAÇÕES JÁ!**



A DÍVIDA NÃO ACABOU E VOCÊ PAGA POR ELA  
**AUDITORIA JÁ!**

# Endividamento: um Brasil saqueado...

## Introdução

O Estado brasileiro tem duas dívidas. A primeira e mais conhecida - a dívida financeira - é ilegítima e, por isso, não deve ser paga. Ela não contribuiu para a melhoria da vida da maioria dos brasileiros, gerou grandes lucros para empresas do Norte global e, em muitos casos, resulta de ilegalidades, corrupção e chantagem política. Pouca gente sabe mas, em 1931, o Brasil realizou uma auditoria da sua dívida que identificou diversas ilegalidades e ilegitimidades. Ao contrário do que argumentam os que se opõem à realização de uma auditoria hoje no Brasil, este ato não resultou em crise, e sim na suspensão de grande parte do débito, que não era real. O pagamento da dívida financeira viola os direitos de grande parte da população e deve ser suspenso imediatamente e sem condicionalidades.

Por outro lado, o Brasil e os outros povos do Sul são credores de uma dívida histórica, social, ecológica e climática - que, por justiça, deve ser paga. Neste sentido, é preciso tomar consciência de nossa condição de credores. É preciso parar o roubo de nossas riquezas, cobrar a restituição dos bens comuns saqueados e as reparações pelos crimes cometidos pelas transnacionais, bancos, países do Norte e pelas elites do Sul, que sempre exploraram os povos em nome do lucro.

Contra a mercantilização da vida e da natureza, em defesa dos bens comuns e por Justiça Social e Ambiental: **não devemos pagar a dívida financeira ilegítima e ilegal; e devemos exigir que as reparações da dívida histórica, social, ecológica e climática sejam feitas aos povos do Sul.**

## Dívida Pública

A dívida pública de um Estado pode ser externa e/ou interna. No Brasil, ela é a soma das dívidas em moeda nacional de todos os órgãos do Estado, incluindo o governo federal, os governos dos estados, municípios e empresas estatais. A dívida pública externa é paga em moeda estrangeira. A dívida interna é paga em moeda nacional (em reais). Mas elas não são coisas separadas, ainda que apresentem causas e consequências distintas.

**A dívida pública externa** é resultante de empréstimos contraídos no exterior pelo governo, e por empresas estatais ou privadas. Esses recursos podem ser de governos ou de entidades financeiras internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros bancos ou empresas privadas). **A dívida externa não acabou - ela continua crescendo.** Houve uma

breve queda com o pagamento antecipado ilegítimo de US\$ 15,5 bilhões ao FMI, em 2005 mas, posteriormente, ela voltou a crescer. O pagamento da dívida ao FMI acabou resultando na troca de uma dívida com juros relativamente baixos (4%) por outra com juros muito maiores (19%). Em dezembro de 2012 essa dívida já estava em US\$ 441,7 bilhões.

**A dívida pública interna** está diretamente vinculada à dívida externa. A dívida interna tem origem no financiamento de novos gastos públicos em bens e serviços (despesas com educação, construção de novas obras, etc) em qualquer nível de governo ou entidade pública, além dos gastos com juros sobre as dívidas contraídas. No entanto, o crescimento da dívida interna não

se deve aos gastos com funcionalismo público, previdência social, educação, saúde, habitação ou transporte. A causa real é a especulação dos investidores estrangeiros, que passaram a ver na compra de títulos da dívida pública brasileira um negócio lucrativo. Eles compram os títulos da dívida do governo brasileiro (que são como promissórias). Esses títulos determinam que, depois de alguns meses, o Estado brasileiro vai devolver o valor acrescido de juros. Após ganharem os juros, com uma taxa que é a mais alta do mundo, e serem reembolsados pelo governo brasileiro, esses investidores retornam com os lucros astronômicos para seus países de origem. Em dezembro de 2012, a dívida interna era de R\$ 2,823 trilhões.

---

## Dívida: origem e continuidade

### 1. Dívida Histórica

Em 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil, os povos indígenas já tornaram-se credores da dívida gerada pelos invasores a partir da destruição de suas culturas e do saque de suas terras e riquezas. Os africanos, por sua vez, foram escravizados para trabalhar nas minas e plantações do Brasil. Milhões de indígenas e africanos foram eliminados pela fome, pela perseguição e pela violência dos seus “proprietários”. Um duplo genocídio. Essa dívida é impagável, mas não pode ser esquecida.

### 2. Dívida Colonial

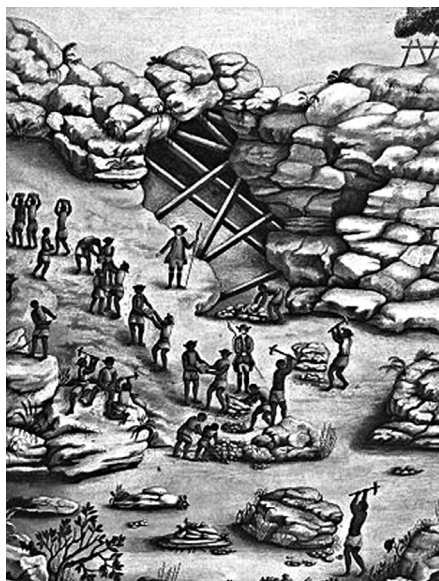
Até 1822, o Brasil era colônia de Portugal. Durante mais de 300 anos enviamos à metrópole minérios, madeira, pedras preciosas, impostos e



toda sorte de riquezas sem que tenhamos recebido um só centavo de reparação por esta sangria. Entre 1650 e 1850, Portugal extraiu do Brasil 75 mil quilos de ouro, equivalente a R\$ 5,5 bilhões em valores atuais (1 grama de ouro = R\$104,00).

### 3. O Tratado de Metuen

Portugal não tinha poder militar para proteger suas colônias. Em 1703, foi assinado o Tratado de Metuen de proteção militar entre o império britânico e Portugal. Durante mais de cem anos (1690 até 1822), todo o ouro de Goiás e Minas Gerais e todo o diamante da cidade mineira de Tijuco Preto (atual Diamantina) foram diretamente para a Inglaterra, capitalizando-a e empobrecendo o Brasil.



### 4. Dívida no Império

Para que Portugal aceitasse a independência do Brasil, D. Pedro I ofereceu que o Brasil assumisse a dívida externa que Portugal tinha com a Inglaterra. D. João VI foi embora do país deixando os cofres vazios, levando até o último grama de ouro e prata. O país nasceu para a vida independente batendo nas portas dos banqueiros britânicos para poder bancar a extorsão que foi sofrida no processo de independência.



### 5. Guerra do Prata

D. Pedro I solicitou empréstimos à Inglaterra para financiar a Guerra do Prata, na disputa com a Argentina pela Província Cisplatina, atual Uruguai. O Brasil foi manipulado pela política inglesa para tentar impedir a formação de um grande país: as Pro-



A dívida não acabou. Você paga por ela. Auditoria já!



víncias Unidas do Prata. Cerca de 100 mil brasileiros (de um exército composto por 200 mil soldados) foram mortos em guerra (maior efetivo que o exército atual). E, no final, a Inglaterra foi bem sucedida em vetar a anexação desses territórios.

## 6. Dívida na República

Entre 1898 e 1911, o Brasil não pagou a dívida externa. O presidente Campos Sales decidiu que a resolução do problema da dívida externa era o primeiro passo a ser tomado para resolver problemas econômicos existentes. Assim, estabeleceu um acordo com os ingleses e suspendeu o pagamento da dívida por 13 anos. Posteriormente, o governo abriu negociação com os banqueiros da casa Rothschild & Sons e voltou a realizar os pagamentos. O Brasil teve que hipotecar os lucros do Porto do Rio de Janeiro, adotou um programa de cortes dos gastos públicos e aumentou os impostos. Os bancos privados pas-

saram a fiscalizar as contas públicas. Na época, o FMI ainda não existia, mas o receituário foi o mesmo.

## 7. Dívida na Era Getúlio



Em 1931, o governo Getúlio Vargas suspendeu o pagamento da dívida externa e fez uma auditoria da dívida externa brasileira, que constatou diversas irregularidades. Comprovou, por exemplo, que apenas 40% do total da dívida estava embaçado em contratos escritos. Não foi encontrado qualquer documento que comprovasse a existência dos 60% restantes da dívida, os valores reais das remessas eram ignorados e não havia contabilização regular da dívida externa federal. A partir do resultado da auditoria, o cancelamento de grande parte da dívida externa foi negociado, com substancial redução do débito, o que viabilizou a política de promoção do desenvolvimento industrial do Brasil.



Sidewalk Bubblegum ©1997 Clay Butler

## 8. Exportações

A dívida relacionada às exportações perpassa vários períodos. Em 1930, o governo federal destinava 25% de tudo que ganhava com as exportações para o pagamento da dívida externa. Nesse período, o agravamento da crise econômica provocou uma redução da receita com as exportações, desequilibrando o balanço de pagamentos entre 1931 e 1939. O presidente Vargas promoveu sucessivas desvalorizações da moeda e adotou medidas que desagradaram os investidores internacionais: reduziu a margem de remessa de lucros, suspendeu o pagamento dos juros da dívida externa e recusou-se a pagar parte substancial da dívida pública negociada com os bancos estrangeiros. Entre 1945 e 1960 entraram no país US\$ 315 milhões e saíram US\$ 542 milhões. No governo de Juscelino Kubitschek (JK), a dívida externa aumentou US\$ 1,5 bi-

lhão, chegando a um total de US\$ 3,8 bilhões. No governo João Goulart, a dívida externa do país correspondia a 43% da renda obtida com as exportações. O Brasil recorreu ao FMI, pela primeira vez, em 1958.

## 9. A dívida ilegítima nos anos de chumbo



Devido à irresponsabilidade dos sucessivos governos militares, durante os 21 anos de ditadura, a dívida aumentou 42 vezes, pulando de US\$ 2,5 bilhões de dólares, em 1964, para US\$ 105 bilhões de dólares, em 1985. A escalada do preço internacional do petróleo provocou uma grande oferta de petrodólares que, depositados nos bancos dos países ricos pelos produtores de petróleo, foram oferecidos aos países periféricos por meio do mercado financeiro internacional a juros muito baixos e taxas flexíveis. Delfim Neto (ministro da Fazenda durante o regime militar) renegociou a dívida e optou por juros flutuantes, mudando de acordo com os índices econômicos da época. Em dois meses, a taxa de 7,5% subiu



para 21% e a dívida externa brasileira aumentou de US\$ 50 bilhões, em 1979, para US\$ 84 bilhões, em 1984.

## 10. A crise da dívida nos anos de 1980

O desequilíbrio financeiro, a tendência à escalada da inflação e a necessidade de dólares para manter a guerra do Vietnã levaram os Estados Unidos (EUA) a elevarem sua taxa de juros doméstica, no início dos anos de 1980, da média histórica de 4% para até 19,08%, provocando uma repatriação dos dólares que estavam no exterior e uma valorização dessa moeda no mercado internacional, o que elevou o valor da dívida externa em dólares dos países empobrecidos. Para viabilizar o pagamento da dívida, em 1983, o governo militar brasileiro negociou um empréstimo com o FMI, aceitando submeter-se à política econômica do Fundo, nociva aos interesses nacionais, causando recessão, desemprego e empobrecimento. O aumento do endividamento foi acelerado também em função de uma aposta no crescimento econômico, chamado

de ‘milagre econômico’, financiado pela entrada de recursos externos.

## 11. A dívida na década neoliberal



Nos anos de 1990, o governo brasileiro ampliou o espaço da economia para capitais estrangeiros. Ao reduzir impostos sobre importações, provocou uma invasão de bens importados e uma crise no setor produtivo nacional. Carente de dólares para financiar as importações, atraiu capital estrangeiro ao país por meio da emissão de títulos da dívida pública. Os estrangeiros passaram a adquirir títulos remunerados pelos juros mais altos do mundo. E o capital nacional aproveitou para se valorizar sem ter que fazer esforço. As altas taxas de juros tornaram o financiamento da dívida pública um negócio muito mais atraente do que o investimento produtivo. Além da maior lucratividade, o risco de se emprestar dinheiro ao governo é quase nulo. Bancos e empresas na-

**COMEÇAM OS SAQUES...**



cionais passaram a tomar empréstimos no exterior - a juros mais baixos - e repassá-los ao governo em troca de juros muito maiores.

No governo Itamar Franco, a partir de 1990, já há um substancial aumento dos empréstimos e financiamentos recebidos pelo país. As principais formas de captação foram os lançamentos de títulos da dívida no exterior e o lançamento de ações no exterior. O governo Collor foi marcado pela hiperinflação e a desestruturação econômica. Já no mandato do presidente José Sarney teve início o processo de flexibilização do controle cambial, com a ampliação da conversão da moeda nacional e a liberalização da entrada e saída de capitais externos no país.

## 12. Dívida no governo FHC

Apesar de ter prometido não mais recorrer ao FMI nem submeter-se às suas condicionalidades, Fernando Henrique Cardoso (FHC) aumentou a vulnerabilidade externa

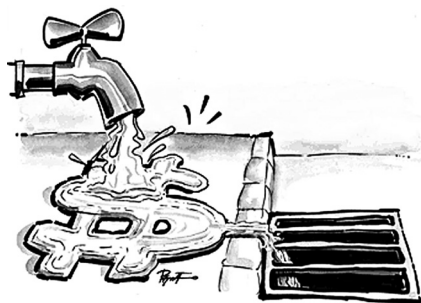


Charge: rvlucas@claybenet.com.br

do Brasil, permitindo que o efeito da crise financeira de 1998 e 1999 fosse devastador para a economia nacional. Em 1995, quando assumiu a presidência, a dívida externa era de US\$ 148 bilhões. No término de seu mandato, em dezembro de 2002, ela totalizava US\$ 210 bilhões. Durante seus oito anos de governo, o Brasil pagou US\$ 345 bilhões aos credores externos e perdeu algo em torno de US\$ 100 bilhões em patrimônio público, por conta das privatizações feitas em nome do pagamento das dívidas. Neste mesmo período, a dívida interna saltou de R\$ 60 bilhões para R\$ 648 bilhões. Ao final do governo FHC, a soma da dívida externa e interna totalizava R\$ 2,079 trilhões.

## 13. Dívida no governo Lula

A prioridade dos sucessivos governos tem sido clara: o pagamento da dívida financeira, que garante aos bancos anuais recordes de lucratividade, em detrimento do investimento em políticas públicas, como saúde, educação, habitação, transporte, etc. Governos mudam, mas a lógica de “tudo para o capital, migalhas para





o social” continua valendo. O governo Lula não foi diferente e deixou como herança a maior dívida pública da história do país. Em seu governo foram iniciadas as capitalizações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) feitas pelo Tesouro através de recursos obtidos pela emissão de títulos públicos, ou seja, através do aumento da dívida financeira. Em 2010, 44% do Orçamento Público Federal foi gasto apenas com o pagamento de juros e amortizações. No final do mandato de Lula, após oito anos de “governo popular”, a dívida interna atingia o patamar de R\$ 2,241 trilhões e a dívida externa era de R\$ 596 bilhões. Portanto, R\$ 2,837 trilhões foi o montante do endividamento repassado ao governo Dilma, em janeiro de 2011. O total dos pagamentos de juros, amortizações e rolagem da dívida no período do governo Lula (2003-2010) foi de R\$ 4,763 trilhões.

#### 14. Dívida no governo Dilma

Sem romper com a lógica que sustenta o sistema financeiro, a recém empossada presidente Dilma anunciou, em fevereiro de 2011, um corte de R\$ 50 bilhões no orçamento federal. Em agosto, outro corte foi anunciado, dessa vez de R\$ 10 bilhões. Em fevereiro de 2012, foi



feito o maior corte da história no orçamento federal - R\$ 55 bilhões, causando evidente prejuízo às já satureadas áreas sociais para garantir o pagamento da dívida pública: "o objetivo do corte é atingir meta de R\$ 140 bilhões de superávit primário", anunciou o governo. Superávit primário é a reserva de recursos para o pagamento da dívida. Ou seja, é óbvia a conclusão de que, por um lado, o povo brasileiro tem arcado historicamente com o pagamento de uma impagável dívida ilegítima. E, por outro, falta vontade política histórica para romper com este sistema e colocar os interesses da população brasileira acima dos interesses da elite financeira nacional e internacional. **“Nunca antes neste país se gastou tanto com a dívida”**

# Dívidas injustas continuam sendo pagas pelos povos...

## 15. Orçamento público e a dívida

É no orçamento público que o governo define quanto e em que vai ser gasto o que é arrecadado pelos tributos. A questão é: que interesses priorizar? É no orçamento que estão as receitas que deveriam ser orientadas para gastos com emprego, educação, saúde, moradia, saneamento, transporte e outras áreas sociais. Em 2012, veja como o governo federal definiu e executou as prioridades do Orçamento da União:

| <b>ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO 2012</b>                                                                                                                                       |                                                                                                                                                            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Total do orçamento executado até 31/12/2012: R\$ 1,712 trilhão. Em dezembro de 2012, a dívida interna bruta alcançou R\$ 2,823 trilhões, e a externa US\$ 441,757 bilhões. |                                                                                                                                                            |
| Juros, amortização e rolagem da dívida pública                                                                                                                             | 43,98% (R\$ 752,93 bilhões), que significaram R\$ 45 bilhões a mais do que foi gasto em 2011 e que beneficiam aproximadamente 10 mil "credores" da dívida. |
| Previdência                                                                                                                                                                | 22,47% (R\$ 384,68 bilhões), que beneficia aproximadamente 28 milhões de pessoas.                                                                          |
| Transferências a Estados e Municípios                                                                                                                                      | 10,21% (R\$ 174,79 bilhões), que se constituem na principal fonte de recursos para muitos municípios brasileiros.                                          |
| Saúde                                                                                                                                                                      | 4,17% (R\$ 71,39 bilhões)                                                                                                                                  |
| Educação                                                                                                                                                                   | 3,34% (R\$ 57,18 bilhões)                                                                                                                                  |
| Assistência Social                                                                                                                                                         | 3,15% (R\$ 53,92 bilhões)                                                                                                                                  |
| Trabalho                                                                                                                                                                   | 2,42% (R\$ 41,43 bilhões)                                                                                                                                  |
| Transporte                                                                                                                                                                 | 0,70% (R\$ 11,98 bilhões)                                                                                                                                  |
| Ciência e Tecnologia                                                                                                                                                       | 0,34% (R\$ 5,82 bilhões)                                                                                                                                   |
| Gestão Ambiental                                                                                                                                                           | 0,16% (R\$ 2,73 bilhões)                                                                                                                                   |
| Organização Agrária                                                                                                                                                        | 0,11% (R\$ 1,88 bilhão)                                                                                                                                    |
| Urbanismo                                                                                                                                                                  | 0,06% (R\$ 1,02 bilhão)                                                                                                                                    |
| Cultura                                                                                                                                                                    | 0,05% (R\$ 856 milhões)                                                                                                                                    |
| Saneamento                                                                                                                                                                 | 0,04% (R\$ 684,8 milhões)                                                                                                                                  |
| Direitos da Cidadania                                                                                                                                                      | 0,04% (R\$ 684,8 milhões)                                                                                                                                  |
| Comunicações                                                                                                                                                               | 0,04% (R\$ 684,8 milhões)                                                                                                                                  |
| Habitação                                                                                                                                                                  | 0,01% (R\$ 171,2 milhões)                                                                                                                                  |
| Fonte: Ministério da Fazenda e Banco Central.                                                                                                                              |                                                                                                                                                            |

Constata-se que o orçamento é um instrumento político de planejamento. O Executivo encaminha o projeto de lei orçamentária para o Congresso e este discute, propõe emendas e retorna o projeto para a sanção do/a Presidente. O mesmo ocorre em âmbito estadual e municipal. É estudando o orçamento público que podemos fazer a conexão direta da dívida pública com nossa vida cotidiana (deste modo podemos verificar e cobrar onde e como o governo aplica o nosso dinheiro).

# Dívidas das quais somos Credores...

## 16. Dívida Ecológica

As políticas neoliberais favoreceram as corporações transnacionais, que passaram a ter maior poder para explorar e controlar os recursos naturais. Para manter os insustentáveis padrões de produção e de consumo dos países do Norte global, essa exploração causa impactos severos e irreversíveis nos países do Sul (esgotamento do solo, água e ar através da produção intensiva para exportação, uso massivo de agrotóxicos e sementes transgênicas, monocultivo, destruição de florestas e mananciais). Com os empréstimos que fazem crescer a dívida financeira, os governos realizam mega projetos (hidrelétricas, siderúrgicas, gasodutos, etc) e estimulam atividades extrativistas que destroem os ecossistemas e a identidade cultural dos povos originários.



## 17. Dívida Histórica

As políticas coloniais praticadas por mais de cinco séculos têm provocado um verdadeiro genocídio e etnocídio dos povos originários. A

acumulação e concentração de riqueza no Norte e o aprofundamento do capitalismo favorecem as elites e prejudicam os mais vulneráveis. Tal concentração de privilégios foi e continua sendo possível graças à exploração, à escravidão e à opressão dos povos do Sul. Nossas terras, minerais, bosques, água, força de trabalho, nossos saberes, culturas e economias foram e são apropriados ou destruídos pela violência econômica do comércio desigual, pela dívida e pela violência militar das armas.



## 18. Dívida Social

Há anos, os recursos para pagar somente os juros da dívida pública superam em muito os gastos em investimento social. E apesar do Brasil ser atualmente considerado a sétima maior economia do mundo, as consequências continuam sendo graves: exclusão social e pobreza, precarização do trabalho (especialmente das mulheres), ausência de aposentado-



rias dignas e subsídios aos desempregados, repressão e criminalização da pobreza e do protesto social, milhões de famintos e sem teto, camponeses e povos originários expulsos de suas terras, saúde pública precária, deterioração da educação pública, falta de saneamento e água potável.



## 19. Dívida com as mulheres

A dívida pública afeta em particular a vida das mulheres. Cada centavo que se paga de dívida significa menos recursos para a educação, para

a saúde e para a segurança alimentar das mulheres e suas famílias. Milhares são condenadas ao trabalho precário e mal remunerado e, muitas vezes, não pago; ao despejo de suas terras; e à privatização dos serviços públicos.

As mulheres são credoras de uma enorme dívida histórica, ecológica, social, ética e financeira, que tem se acumulado ao longo da história de colonização patriarcal e que, hoje, continua se acumulando.



A dívida não acabou. Você paga por ela. Auditoria já!



# A Luta Continua...

## 20. Auditoria da dívida

A auditoria da dívida é a análise minuciosa de toda documentação relacionada às dívidas interna e externa. Constitui-se em uma ferramenta essencial para se conhecer a dimensão do endividamento, as ilegalidades e ilegitimidades desse processo e os responsáveis. É uma contribuição importante na luta contra o neoliberalismo e o imperialismo que nos tornam cada vez mais pobres e dependentes. Pagamos uma dívida sem saber de onde ela veio, quem a fez, quanto já pagamos, quem se beneficiou e de que modo, quem perdeu e qual é a dívida social e ecológica resultante dessa dívida financeira. A auditoria poderá trazer elementos para o não pagamento, para o repúdio ou a anulação das dívidas injustamente cobradas e poderá auxiliar a formular uma estratégia de

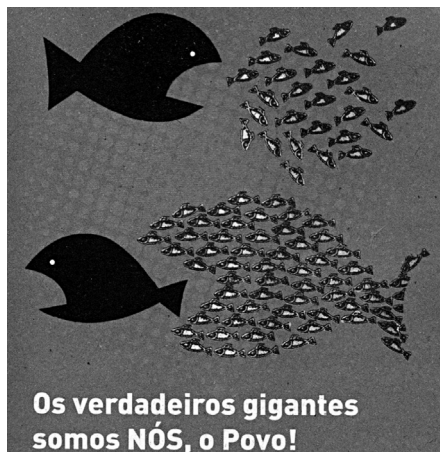
desenvolvimento que não dependa de empréstimos externos. A prova das ilegalidades nos permitirá uma negociação soberana, e até mesmo exigir reparação. A auditoria está garantida na Constituição Federal de 1988, mas nunca foi cumprida. Toda empresa e organização social faz auditorias para verificar as suas contas; o Estado também deve fazer.

### Auditoria da Dívida no Equador

Em 2007, o Equador criou uma Comissão de Auditoria Integral da Dívida Pública (CAIC), nomeando representantes da sociedade civil equatoriana e internacional para investigar o endividamento daquele país. Amparado nas provas e documentos que fundamentaram o relatório da auditoria, o presidente equatoriano Rafael Correa anulou 70% da dívida com os bancos privados internacionais.

### CPI da Dívida no Brasil

O relatório da CPI da Dívida, concluído em 2010 na Câmara dos Deputados, demonstrou que a dívida brasileira não serviu para melhorar as condições de vida da sua população. Se o Brasil fizesse o mesmo que o Equador, sobrariam recursos suficientes para investir em políticas sociais, de modo que a população poderia ter respeitados os seus direitos humanos fundamentais e viver com dignidade.



## 21. Fim às Instituições Financeiras Multilaterais: os verdadeiros devedores

Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), como o Banco Mundial, o FMI e o BID, são os maiores responsáveis pelo crescimento das dívidas financeiras, ecológicas, históricas e sociais. Com a colaboração das elites nacionais, as IFMs se utilizaram da crise da dívida externa dos anos de 1980 para se fortalecerem e impor condicionalidades aos empréstimos, garantindo a implementação de políticas que servissem aos interesses dos EUA e de suas transnacionais. Desse modo, garantiram a implementação das políticas neoliberais que violam os direitos dos povos aos serviços públicos básicos e essenciais, ao emprego e salário digno, à justiça ecológica, à soberania política e financeira e à autodeterminação dos povos de definirem seus próprios destinos. É por essas instituições - e pelos governos que as controlam - que a dívida continua sendo utilizada como instrumento de dominação.

E, no Brasil, o banco público BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), tem

utilizado de práticas similares às das IFMs para financiar a realização de obras mega impactantes por corporações nacionais no Brasil e em outros países da América Latina, África e Ásia, prejudicando as populações destes países. O BNDES também é o principal financiador dos mega eventos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016).

LOGO DA COPA 2014



### BNDES e a COPA

As obras da Copa devem consumir, numa primeira etapa, R\$ 23,35 bilhões, mas as estimativas já apontam para um total de até R\$ 100 bilhões em 2014. Números oficiais mostram que somente 1,44% do total desses recursos sairá da iniciativa privada, ao passo que 98,56% é investimento público (BNDES e Caixa Econômica Federal). Ou seja, dinheiro que era para



ser investido em escolas, hospitais, moradia, saneamento, cultura, esporte, etc., mas que irá para os bilionários bolsos da FIFA (empresa privada responsável pela realização da Copa), dos banqueiros e dos grandes empreiteiros e empresários. E para nós, o povo, restará mais uma enorme dívida social, humana, ambiental e financeira para as próximas décadas.

## 22. Mudar o sistema: a verdadeira reparação

A dívida não é apenas um instrumento financeiro. É, acima de tudo, um instrumento político. A

**MUDANÇA  
DE SISTEMA  
NÃO  
MUDANÇA  
DE CLIMA  
JUSTIÇA CLIMÁTICA JÁ!**

dívida está no coração do sistema capitalista. Sem a dívida, o sistema não tem como sobreviver politicamente. Por

isso, sabemos que não é suficiente cancelar a dívida sem garantir que novas dívidas não serão iniciadas. Portanto, a anulação da dívida financeira e a demanda por reparações passam pela luta contra o sistema capitalista, passam pela luta para cessar as operações, políticas e programas, como os acordos comerciais, financeiros e de investimento, que continuam violando os direitos da natureza e dos povos do Sul. Isso só pode ser assegurado através de uma profunda transformação do paradigma da economia mundial e do sistema capitalista.



## A Dívida Não Acabou!

O problema do endividamento público está relacionado com as opções políticas e vem se aprofundando com as crises econômicas. Por mais que se pague, a dívida brasileira não para de crescer. O custo de juros sobre juros, as amortizações e serviços da dívida consomem cada dia mais os recursos que deveriam ir para as políticas sociais. Por tudo isso, o governo e a mídia mentem ao afirmar que a dívida acabou e não é mais um problema para o povo brasileiro.

**A Dívida não Acabou. Você paga por ela. Auditoria Já!** Esse é um debate central, que mexe com as estruturas do capitalismo, com o mercado. Por isso, convidamos a todos e todas a fazer esse debate: **é preciso explicitar que a dívida é o principal instrumento para a manutenção da desigualdade no Brasil.**

#### **EXPEDIENTE:**

**Publicação:** *Rede Jubileu Sul Brasil*

**Colaboração:** *Célio Maranhão, Fabrina Furtado, João de Jesus, Joilson J. Costa, Marcos Arruda, Patricia A. Medeiros, Patrícia Bonilha, Pe. Antonio dos Reis, Rosilene Wansetto e Sandra Quintela.*

**Telefone:** *(11) 3112-1524 / Site: [www.jubileusul.org.br](http://www.jubileusul.org.br)*

**Apoio:** *Cafod, Cese e Fastenopfer.*

**Edição:** *Patrícia Bonilha*

**Diagramação:** *Hernane Martinho Ferreira (11) 988.375.057 - [hernanemf@gmail.com](mailto:hernanemf@gmail.com)*

**Foto capa:** *João Hipper*